



Perfil

“Precisamos incluir quem sabe o que é ser excluído”

Maria Eduarda Lavocat

Karolyne Guimarães, advogada criminalista conhecida como Karol, é candidata à presidência da Ordem dos Advogados do Distrito Federal pela chapa 99, intitulada “A OAB Que Eu Preciso”. De família originária do Piauí e da Bahia, sua trajetória começou quando seus pais se estabeleceram no Distrito Federal na década de 1970. Nascida em Taguatinga, Karol, 37 anos, passou os primeiros anos de sua infância em um barraco alugado com a família, até que sua mãe conquistou uma casa própria em Samambaia por meio de um programa habitacional do Governo Roriz.

“Brinco que, se eleita, serei a primeira presidente da Ordem que comeu terra e lama de Samambaia e bebeu água de chafariz. Vivi minha infância em Samambaia, mas sempre mantive laços com Taguatinga, onde estudava”, compartilha a candidata. “Esses dias fiz essa brincadeira com minha mãe, e ela respondeu: ‘Filha, nunca olhei para essas dificuldades, porque, para mim, morar na capital do país já era uma grande

Arquivo pessoal



Karolyne ainda bebê e seus pais

conquista”, completa Karol.

Após concluir o ensino médio, Karol ingressou no curso de Direito na Unip com uma bolsa de 50%. “Quando fiz o Enem e saiu o ProUni, senti na pele a diferença entre ter condições e não ter. Como eu não tinha computador, precisei fazer todo o processo no computador do meu estágio, o que

dificultou e me impediu de conseguir uma bolsa de 100%, mesmo com a nota”, explica. Durante a graduação, ela trabalhava dez horas por dia, frequentava a faculdade à noite e pegava cerca de seis ônibus diariamente. Foi nesse período que Karol conheceu seu marido, com quem é casada atualmente e tem dois filhos: Clara, de 10 anos, e Davi, de 3. “Nos conhecemos quando trabalhávamos no projeto de modernização dos arquivos do Tribunal de Justiça do DF, quando ainda éramos estudantes de Direito. Agora além de marido ele é meu sócio”, diz.

Aos 30 anos, Karol se tornou a primeira mulher a assumir a administração regional de Taguatinga. Antes disso, ela havia sido eleita diretora da OAB Taguatinga em 2015, dando início à sua atuação ativa na política da Ordem. Desde então, passou a lutar pela advocacia no Congresso Nacional, onde dialogava com deputados e senadores em defesa de melhorias legislativas para a classe. “Reconheceram meu potencial de liderança e me convidaram para assumir a administração regional”, explica.

“Antes de assumir cargos de gestão, eu me perguntava: será que existe

mesmo todo esse machismo? Cheguei a questionar até vivenciar isso na prática. Muitas pessoas, inclusive, outras mulheres, ainda não aceitam que mulheres ocupem posições de liderança. Já vivi situações, como em reuniões onde falavam diretamente com meu assessor e me ignoravam, não reconhecendo minha posição de comando. Nessas horas, é preciso se posicionar e se impor”, diz.

Para Karol, dois grandes desafios assolam a advocacia atualmente: falta de recursos financeiros e desrespeito às prerrogativas. “No início da minha carreira, enfrentei situações que me fizeram pensar em desistir da profissão. Em uma audiência, um juiz chegou a me mandar calar a boca enquanto eu tinha apenas 22 anos e estava grávida. Hoje, coloco meu nome para presidência da OAB-DF e à disposição da nossa classe. Minha missão é lutar por esses direitos, que senti na pele, porque sou uma advogada que conhece a dor da advocacia. Precisamos trazer nossa visão para a presidência da Ordem, ampliando a perspectiva para incluir quem sabe o que é ser excluído”, afirma.

Visão do Direito



Karolyne Guimarães
Advogada criminalista

Desafios e oportunidades em um mercado excludente e tecnológico

A advocacia, profissão historicamente dominada por homens, tem sido cada vez mais ocupada por mulheres. Mas enfrentamos desafios para consolidar nosso espaço, especialmente em contextos que envolvem maternidade, discriminação racial e deficiência. Um dos grandes desafios é conciliar a carreira com a maternidade. A advocacia requer uma carga horária extensa, alta dedicação e disponibilidade, especialmente em escritórios tradicionais, onde o sucesso é frequentemente medido pelo número de horas trabalhadas. Assim, advogadas que também são mães encontram-se divididas entre o desejo de se realizarem profissionalmente e as demandas pessoais e familiares.

A rotina intensa de prazos processuais, audiências e preparação de defesas exige uma disponibilidade que, muitas vezes, colide com as responsabilidades maternas. Ainda que a pandemia tenha popularizado o trabalho remoto, advogadas relatam que

a carga mental não diminui, pois há uma sobreposição entre o trabalho e as responsabilidades domésticas, com esgotamento físico e emocional.

Embora o número de mulheres na advocacia tenha crescido, a presença feminina em posições de liderança ainda é baixa. O mercado de trabalho não é homogêneo e algumas mulheres enfrentam barreiras adicionais. As advogadas negras e com deficiência (PCDs) são, estatisticamente, as que mais encontram dificuldades de inserção e crescimento. Um estudo da OAB indica que as mulheres negras, apesar de constituírem uma parte expressiva das formandas em direito, representam uma pequena parcela nas contratações em escritórios, principalmente em posições de prestígio.

A discriminação racial e a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência criam obstáculos tanto na fase de recrutamento quanto na progressão de carreira. A baixa representatividade desses grupos em

escritórios de advocacia, especialmente nas grandes bancas, reflete uma cultura ainda excludente. Mesmo entre quem consegue uma posição, é comum que experimentem preconceitos sutis ou explícitos.

Para advogadas negras, a falta de modelos de sucesso com quem possam se identificar dificulta ainda mais a inserção e o crescimento na carreira. Em muitos casos, elas são desestimuladas a buscar cargos de liderança, uma vez que a estrutura corporativa dos escritórios tradicionais, muitas vezes, não acolhe e promove a diversidade. Para PCDs, a falta de acessibilidade é um grande obstáculo, que vai desde a ausência de rampas de acesso e elevadores adequados até a falta de tecnologia assistiva para o trabalho. Até hoje, a sede da OAB-DF não possui a devida acessibilidade.

Para as advogadas que enfrentam a dupla jornada de trabalho, a IA pode ser uma aliada significativa, reduzindo o tempo necessário para tarefas manuais e,

assim, ampliando a disponibilidade para outras atividades. No entanto, há desafios éticos e práticos. Com a automação crescente, alguns setores temem que a IA possa substituir profissionais, particularmente daqueles em posições de entrada.

Esse é um receio para as mulheres negras e PCDs, pois, muitas vezes, estão nas posições mais vulneráveis. É indispensável que as lideranças da OAB estejam comprometidas com a criação de um ambiente mais acolhedor, onde advogadas possam prosperar sem serem punidas por escolhas pessoais, como a maternidade. O sistema jurídico deve evoluir para um ambiente onde todas e todos, independentemente de gênero, cor ou condição física, possam encontrar as mesmas oportunidades de reconhecimento. A construção de uma advocacia mais justa e inclusiva depende de uma postura ativa e comprometida da OAB com a igualdade.